

A apropriação do pensamento marxiano e os fundamentos ontológicos da ética: algumas aproximações teóricas

Everton Melo da Silva

Resumo

Este artigo discute sobre o processo de apropriação ideopolítica, epistemológica e ontológica da teoria social de Karl Marx pelo Serviço Social brasileiro, especificando a discussão dos fundamentos ontológicos da ética. O artigo é parte das reflexões desenvolvidas na disciplina “Relações sociais e Serviço Social”, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFAL, e de uma pesquisa bibliográfica que versou sobre a literatura crítica do Serviço Social, com destaque para os autores Marilda Iamamoto, José Paulo Netto e Lúcia Barroco, e sobre os fundamentos do trabalho e da ética, sustentado em Karl Marx, György Lukács e Sérgio Lessa. O resultado principal da pesquisa aponta que o Serviço Social, por meio da apropriação ontológica do pensamento marxiano, pôde pensar e problematizar o complexo da ética na sociabilidade humana, tomando o trabalho enquanto fundamento ontológico do ser social.

Palavras-chave: fundamentos da ética; pensamento marxiano; Serviço Social brasileiro.

The appropriation of Marxian thought and the ontological foundations of ethics: some theoretical approaches.

Abstract

This article discusses the process of ideopolitical, epistemological and ontological appropriation of social theory of Karl Marx by the Brazilian Social Service, specifying the discussion of the ontological foundations of ethics. The article is part of the reflections developed in the discipline "Social Relations and Social Service", within the scope of the Postgraduate Program in Social Work / UFAL, and a bibliographical research that focused on the critical literature of Social Work, authors Marilda Iamamoto, José Paulo Netto and Lúcia Barroco, and on the foundations of work and ethics, based on Karl Marx, György Lukács and Sérgio Lessa. The main result of the research is that Social Service, through the ontological appropriation of Marxian thought, was able to think and problematize the complex of ethics in human sociability, taking work as the ontological foundation of social being.

Keywords: fundamentals of ethics; marxian thinking; Brazilian Social Service.

Enviado em: 12/08/2018

Aprovado em: 31/05/2019

Introdução

O presente artigo discute sobre as formas de apropriação da teoria social de Marx (ideopolítica, epistemológica e ontológica) pelo Serviço Social brasileiro a partir da Renovação Profissional e dos fundamentos ontológicos do complexo da ética.

O Código de Ética do assistente social de 1993 expressa o amadurecimento teórico e político do Serviço Social. Teórico porque explicita a abordagem ontológica materialista-histórica do ser social como fundamento e compreensão da realidade, a partir da totalidade social; e político por representar um produto do debate coletivo da categoria profissional, uma vez que a revisão do Código de Ética de 1986, que culminou no código de 1993, ocorreu através de um amplo e denso debate pelas entidades representativas dos assistentes sociais de campo, docentes e estudantes de Serviço Social e pesquisadores da área e de outras áreas. A discussão dos fundamentos ontológicos marxianos da ética no Serviço Social vem desde o início da década de 1990, fruto do processo de revisão do código de 1986 e da interlocução crítica com a teoria social de Marx.

A pesquisa bibliográfica constitui-se em dois momentos: 1. sobre a literatura crítica marxiana do Serviço Social, ancorada em Netto (2005; 2011), Iamamoto (2006; 2003) e Barroco (1996; 2007; 2008; 2010); e 2. sobre os fundamentos do trabalho e sua relação com o complexo da ética em Marx (2013), Marx e Engels (2009), Lukács (2013) e Lessa (2007; 2012).

O artigo está organizado em dois itens, além das considerações finais e esta introdução. No primeiro item, apresentam-se as formas de apropriação da teoria social de Marx pelo Serviço Social brasileiro coadunada com os avanços e limites da profissão a partir da entrada do pensamento marxiano e da tradição marxista. Ainda nesse item, situa-se que a apropriação ontológica marxiana possibilitou a profissão avançar no debate do complexo da ética na década de 1990. No segundo item, expõe-se os fundamentos ontológicos marxianos do trabalho, da gênese das escolhas, da liberdade e o complexo da ética. Nas considerações finais, retoma-se o objetivo do texto e perfaz-se algumas ponderações do debate da ética.

O processo de apropriação do pensamento de Marx pelo Serviço Social brasileiro

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que emergiu em meados de 1960, discutiu as bases teóricas, práticas e políticas da profissão com o objetivo central de transpor com o conservadorismo e o tradicionalismo, por meio de novas práticas que respondessem às demandas

reais da sociedade. Esse movimento é “constituente do processo internacional de crítica ao tradicionalismo profissional, [e] está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de 1960 [...]” (NETTO, 2005, p. 09). No Brasil, esse movimento se particulariza¹ como Renovação profissional do Serviço Social, compreendido como

[...] conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2011, p. 131).

O momento da entrada do marxismo no Serviço Social ocorreu com o Movimento de Reconceituação, sendo o primeiro contato com o marxismo pela via da militância política através da tradição marxista, especificamente com *Che Guevara* (Revolução Cubana, 1959), *Mao Tse Tung* (líder da Revolução comunista na China em 1949), *Lenin* (revolucionário comunista da URSS de 1917), *Trotsky* (teórico comunista da antiga URSS), *Althusser* (marxista estruturalista) etc. Desse modo, o Movimento de Reconceituação foi marcado por um militantismo político-questionador e por um espírito revolucionário-transformador, que, “[...] já no despontar da década de 1970 passaram a marcar presença no cenário profissional análises e propostas com nítida inspiração marxista numa fratura com suas próprias produções iniciais.” (IAMAMOTO, 2006, p. 210). Obviamente que as configurações sócio históricas demandavam também uma nova leitura de realidade pelos profissionais.

O processo de Reconceituação contestou o tradicionalismo profissional, enraizado de práticas de cunho empirista, fruto das influências positivistas. Entre avanços, impasses e equívocos, que constam nas análises contemporâneas a respeito deste marco histórico, Netto (2005, p. 11-12) aponta que houve uma interlocução crítica com as ciências sociais, “[...] abrindo-se a novos influxos (inclusive da tradição marxista) e sintonizando-se com tendências diversificadas do pensamento social então contemporâneo [...]”.

Com avanços teórico-analíticos da categoria profissional, pode-se destacar que a tradição marxista, em seus momentos iniciais, influenciou, principalmente, no posicionamento político do Serviço Social, devido ao conteúdo fortemente ideopolítico do marxismo. Assim, o Movimento de Reconceituação “[...] representou um *marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social* no continente. O exame da *primeira aproximação do Serviço Social latino-americano à tradição marxista* se impõe como um *contraponto necessário* à análise do

debate brasileiro contemporâneo.” (IAMAMOTO, 2006, p. 205, grifos originais). Aponta-se como consequência dessa apropriação ideopolítica do marxismo, as posturas fatalistas e messiânicas da profissão, provocando também um superdimensionamento da função social do Serviço Social na sociedade capitalista, compreendendo como “o agente da transformação”.

A segunda apropriação do marxismo pelo Serviço Social brasileiro foi a “apropriação epistemológica”, caracterizada, essencialmente, enquanto uma possível aplicabilidade da teoria social de Marx na prática, como se existisse uma identidade entre teoria e prática, quando na verdade entre teoria e prática não existe uma identidade, isso porque o sujeito nunca é igual ao objeto, o que existe é uma unidade entre teoria e prática.

A apropriação epistemológica absorve da tradição marxista o empirismo, reduzindo o marxismo “[...] ao epistemologismo de raiz estruturalista – donde a reiteração de discussões sobre ‘idealismo’ e ‘materialismo’, ‘ciência’ e ‘ideologia’, ‘teoria’ e ‘prática’, ‘prática teórica’ etc.” (NETTO, 2011, p. 268). Tal apropriação não evidenciou as mediações que particularizam o exercício profissional, provocando problemas como o teorismo que, até o momento, são recorrentes nas avaliações que se fazem sobre a ruptura com o conservadorismo profissional (IAMAMOTO, 2006).

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. (IAMAMOTO, 2003, p. 37).

Na década de 1980, momento histórico e peculiar para o Serviço Social, os assistentes sociais emergem “[...] na cena social no processo de transição democrática com um *novo perfil profissional e acadêmico*. Novo elenco de problemáticas passou a constar da pauta do debate, submetidas a tratamento teórico-metodológicos e prático-políticos distintos.” (IAMAMOTO, 2006, p. 204, grifos originais). Nesse período, tem-se a presença de fontes marxianas (obras escritas por Marx, como *O Capital: crítica à econômica política*) e de estudos das categorias do pensamento do Marx (por exemplo, textos de Gramsci e de Lukács), iniciando o processo de apropriação ontológica da teoria social de Marxⁱⁱ.

Um dos fatores que contribuiu para o atraso do amadurecimento do marxismo no Serviço Social brasileiro foi o período da autocracia burguesa (ditadura cívico-militar-empresarial) que

exilou alguns teóricos que poderiam contribuir com o amadurecimento da teoria social de Marx, o que dificultou a publicação e divulgação das obras dessa vertente do pensamento social.

A produção de Marilda Iamamotoⁱⁱⁱ, *Relações sociais e Serviço social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, marca, na década de 1980, uma ruptura no Serviço Social do ponto de vista da utilização do pensamento de Marx. Se antes, com a apropriação ideopolítica do marxismo, o pensamento marxiano era utilizado para fins político-militantistas nas intervenções profissionais, Iamamoto analisou a base da sociedade capitalista – especificamente, o fundamento da produção e reprodução social – e situou o Serviço Social no interior destas relações sociais a partir de uma interlocução crítica, densa e profunda com a teoria social de Marx. Para a referida autora, compreender o significado do Serviço Social implica entender de forma crítica o movimento das relações sociais, isto é, primeiro compreende-se o fundamento de tais relações para, em seguida, situar o significado da profissão e como se dá sua entrada e sua função na produção capitalista. Netto (2011, p. 382) é enfático ao afirmar que a obra de Marilda Iamamoto consolida a vertente da Intenção de ruptura, pois

[...] ela consiste no primeiro tratamento rigoroso do Serviço Social, no interior da reflexão brasileira, que apreende a instituição profissional na perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética haurida a partir de um trabalho sistemático sobre a fonte marxiana; e mais: as resultantes desta apreensão, pela sua natureza mesma, infletem os rumos do debate profissional, qualificando-o teórica e politicamente. Neste sentido é que se pode afirmar que, com a elaboração de Iamamoto, a vertente da intenção de ruptura se consolida no plano teórico-crítico.

O encontro das obras de Marx com o Serviço Social brasileiro possibilita um salto substancial dessa profissão.

Tratou-se de um encontro de nova qualidade com a tradição marxista: mediado pela produção de Marx e por pensadores que construíram suas elaborações fiéis ao espírito da análise marxiana, desenvolvendo criativamente suas sugestões, preenchendo lacunas e enriquecendo aquela tradição com as novas problemáticas emergentes com a maturação capitalista na época dos monopólios (A. Gramsci; G. Lukács; N. Poulantzas; P. Baran; E. Sweezy; E. Mandel; A. Heller, entre outros, além dos ‘clássicos’). (IAMAMOTO, 2006, p. 234-235).

Apesar da presença de obras marxianas entre os principais autores de referência na elaboração profissional, é preciso pontuar que havia dificuldade de uma apropriação qualificada

pelo conjunto da categoria dos assistentes sociais, devido aos resquícios latentes da leitura manualesca da Reconceituação. O conjunto da categoria profissional não possuía o mesmo amadurecimento intelectual de sua vanguarda para compreender a leitura que Marx fez dos fundamentos da sociedade, por meio do seu método ontológico de compreensão do real.

Essa falta de amadurecimento pela maioria dos assistentes sociais remete à forma como foi introduzido o pensamento de Marx no Brasil, conforme destaca Quiroga (1991, p. 98): “a difusão inicial dos textos desse filósofo [Marx] foi precária e, quase sempre, sua divulgação se fez por meio de interpretações deficientes, que mal correspondiam às questões por ele colocadas.”. Considerando esse quadro, a chamada apropriação epistemológica continuou fortemente impregnada na academia embora também possa ser vislumbrada nos profissionais de campo. Isso porque, o marxismo era entendido como um “modelo” aplicável à realidade, onde o assistente social deveria, a partir das leituras dos escritos de Marx e da tradição marxista, modificar a sociedade através de uma ação pautada na teoria revolucionária marxiana. A expectativa de mudar a sociedade “aplicando” tal teoria – sem entender que a ação profissional passa por condutos específicos e bem diferenciados da ação política – é uma herança que o Serviço Social iria carregar por um longo tempo com essa apropriação equivocada: a dos profissionais de campo serem agentes de transformação social através da intervenção profissional.

Contraditoriamente, de fato, com essa apropriação há um hiato indiscutível entre a teoria e a prática. Isso porque, os assistentes sociais acreditavam que somente “aplicando” a teoria social de Marx estariam, conseqüentemente, fazendo tal relação, quando, na verdade, essa questão era perpassada por outros mecanismos intervenientes como as condições e relações de trabalho que, muitas vezes, ao invés de serem vistas como parte do que define o ser em si da profissão, foram vistas como “obstáculos” aos intentos do projeto profissional.

Apesar dos avanços teórico-metodológicos no debate da vanguarda intelectual do Serviço Social com a apropriação ontológica, pode-se afirmar que ainda se reproduz o “marxismo sem Marx” (QUIROGA, 1991) no conjunto da categoria profissional, não superando inteiramente a apropriação epistemológica da teoria social de Marx. Exemplos disso estão nas constantes dicotomizações entre teoria e prática e na incompreensão da dimensão e dos elementos constitutivos do projeto ético-político profissional; entende-se que, ainda é incipiente a apropriação da dimensão teórica do projeto ético-político. A persistência de uma leitura enviesada dessa teoria social e o modo equivocado como apreende a unidade teoria-prática dificulta a percepção das mediações que

materializam o projeto ético-político profissional, muitas vezes considerando-o utópico, no sentido distorcido da palavra, com intencionalidades irrealizáveis.

Por outro lado, no processo transitório entre a década de 1980 a 1990, nota-se que uma parcela intelectual significativa começa uma aproximação mais consequente com a teoria social de Marx. Na década de 1990, essa mesma vanguarda avança no sentido de uma apropriação ontológica do pensamento de Marx, momento que há uma “[...] incorporação totalizante da obra marxiana, mas também marxista de autores como Gramsci e, mais recentemente Lukács [...]” (SANTOS, 2007, p. 80).

Com a apropriação ontológica da teoria social de Marx pôde-se discutir outras dimensões do cotidiano e dar um trato diferenciado a entraves da profissão. Essa apropriação ontológica do marxismo é perceptível em três documentos legais (Código de Ética de 1993, Lei de regulamentação da profissão de 1993 e Diretrizes Curriculares de 1996) que provam um “salto” teórico-metodológico e ético, frutos do acúmulo das décadas precedentes e amadurecimento propiciado pela conjuntura de década de 1990.

A categoria profissional realizou uma “[...] inversão necessária ao processo de constituição do ‘concreto pensado’ extrapolando a endogenia da década de 1980 e colocando a sociedade civil no centro do debate. Tal inversão “[...] vai captar as mediações que estiveram, em grande parte, ausentes do momento anterior e sistematizá-las no projeto ético-político profissional.” (SANTOS, 2007, p. 78-79).

Por outro lado, o conjunto da categoria profissional não acompanhou a incorporação dos fundamentos ontológicos expressos no pensamento de Marx devido, entre outros fatores, aos entraves da própria realidade com as investidas neoliberais e, no âmbito da formação acadêmico profissional, com a inserção da pós-modernidade. Dessa forma, a maioria dos profissionais se limita a travar contato somente com autores da tradição marxista do Serviço Social e de outras áreas, sem ir aos devidos fundamentos marxianos; assimila e reproduz, predominantemente, as leituras de “segunda mão” das obras de Marx, fazendo uma reprodução e uma reinterpretação das ideias desse autor a partir da tradição marxista e não da obra marxiana.

Provocado pelas elaborações de natureza predominantemente acadêmica, o Serviço Social insere em suas discussões categorias marxianas que, até então, não tinham muita visibilidade no interior da profissão. Exemplo disso é o tratamento dado à ética profissional na década de 1990 que começa a ser pensada a partir de uma apreensão ontológica, materializada no Código de Ética de 1993. Após a entrada das obras de Marx e de marxistas contundentes, a exemplo de Lukács, o

debate da ética começou a tomar um novo viés sob a base da perspectiva da ontologia materialista histórica.

É preciso considerar que o Código de Ética de 1986 expressou um rompimento com a visão neotomomista que, ao negar a base filosófica tradicional (BARROCO, 2007), buscou um horizonte crítico para os profissionais. Os fundamentos desse código expressam a ética como interesses de classes, uma vez que, entendiam “[...] a ética da classe trabalhadora como ‘boa’ e a ética da classe dominante como ‘má’.” (SANTOS, 2014, p. 100). Assim, o código de 1986 não “[...] consegue superar a visão presente no marxismo tradicional: a que reduz a ética aos interesses de classes.” (BARROCO, 2007, p. 175). Essa concepção de ética, sob a luz da tradição marxista, converge com a apreensão do marxismo pela via, estritamente, da teoria revolucionária.

A partir das lacunas do Código de Ética de 1986 foram realizados diversos debates pela categoria profissional para superá-las. Nesse período, alguns autores começam a teorizar sobre o complexo da ética no Serviço Social a partir de uma leitura marxiana-lukacsiana, por exemplo: Netto (2007; 2008)^{iv}. Entretanto, é com Barroco (1996; 2007; 2008; 2010) que o complexo da ética será tratado de forma expressiva e com veemência a partir da apropriação ontológica do pensamento marxiano, tornando-se, assim, a principal expoente e interlocutora dentro do Serviço Social. Para essa autora, o complexo da ética perpassa por todas as dimensões da totalidade social, e “suas categorias específicas são aquelas que implicam a sociabilidade orientada por um projeto coletivo, voltado à liberdade e universalização dos valores éticos essenciais – por exemplo, responsabilidade, compromisso, alteridade, reciprocidade, equidade.” (BARROCO, 2007, p. 64).

Barroco, em sua tese de doutoramento, *Ontologia social e reflexão ética*, defendida em 1996, proporciona, em primeira mão, a fundamentação teórica apropriada com “[...] um projeto profissional radicalmente crítico, substantivamente democrático, concretamente humanista e orientado para o horizonte histórico do que Marx, em 1844, qualificava como *emancipação humana*.” (NETTO, 2007, p. 10-11, grifos originais). Isso porque, compreender a ética voltada à emancipação humana é essencial diante do estágio de barbárie que a sociedade vivencia, permeado pelo neoconservadorismo, tradicionalismo e fundamentalismo religioso, onde a condição humana está em um patamar crescentemente degradante; no cotidiano social contemporâneo, exacerbam-se, cada vez mais, a individualidade, o imediatismo, o utilitarismo e o pragmatismo, dimensões que ocultam o horizonte da emancipação humana.

Torna-se imprescindível, neste momento, apresentar a discussão do complexo da ética a partir da apropriação ontológica do pensamento marxiano pelo Serviço Social brasileiro.

Ontologia do ser social e o complexo da ética

Torna-se relevante apresentar, neste item, breves considerações substanciais sobre os fundamentos ontológicos da ética, discussão transversal à categoria trabalho, pois nessa “[...] encontra-se o solo ontológico do valor e, conseqüentemente, dos altos valores, como o direito, a política, a arte e a ética.” (SANTOS, 2014, p. 49).

Barroco (1996; 2007; 2008; 2010), apropriada do pensamento de Marx e Lukács, apresenta, como ponto de partida de análise, o dado ontológico primário da discussão da ética: o trabalho. Esse entendido enquanto fundamento ontológico do ser social, “[...] como pressuposto da existência humana e forma privilegiada de práxis.” (BARROCO, 2007, p. 26).

A partir da abordagem ontológica marxiana-lukacsiana, afirma-se que o trabalho é uma dimensão social humano-genérica. É a categoria que funda o ser social, que por meio dessa diferencia-se dos demais seres (inorgânicos e orgânicos), contrapondo-se ao determinismo biológico. Lukács (2013), em seus estudos sobre a ontologia do ser social, sob a base do pensamento marxiano, enfatiza as relações e os saltos entre o ser inorgânico (processos físico-químicos), orgânico (processo biológico) e social, além de discorrer sobre o afastamento das barreiras naturais pelo ser social. Entretanto, “é preciso, pois, ter sempre presente que se trata de uma transição à maneira de um salto – ontologicamente necessário – de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente.” (LUKÁCS, 2013, p. 43).

No processo que o homem intervém na natureza, não há uma subordinação total dessa a ação do homem, uma vez que, ela é ontologicamente insuperável. Por mais que o homem aperfeiçoe o seu trabalho para dominar a natureza, essa sempre será insuprível da realidade, assim, independente da sociabilidade, sempre será necessária a intervenção do homem na natureza; essa relação será constantemente um dado necessário na vida dos homens.

Por meio do trabalho, o homem intervém na natureza de forma mediata (MARX, 2013), podendo escolher entre alternativas, de tal modo que começa a construir sua história^v, mediante escolhas entre alternativas socialmente construídas. Barroco (2007, p. 30) aponta que “a gênese das escolhas e alternativas de valor são indissociáveis da práxis; por isso, são categorias objetivas e históricas.”.

O ser social, por intermédio do trabalho, tem a capacidade de modificar o seu meio e se automodificar com sua própria ação. O modo como se realiza o trabalho indica o desenvolvimento das forças produtivas e os diferentes modos de produção, isso porque, na medida em que o trabalho

é fundante da sociabilidade, é por excelência a primazia na produção e reprodução social. Isto posto, compreende-se que a primeira premissa da história humana é a existência do homem modificando a natureza, movimento necessário para produzir os meios de subsistência, desse modo, ao produzirem seus meios, os homens produzem sua vida material (MARX; ENGELS, 2009).

Os homens fazem a história à medida que agem em resposta às suas necessidades, transformando o meio em que vivem. Os demais seres, devido a sua forma de ser, não agem sobre a natureza a ponto de mudar o seu meio escolhendo entre alternativas; o homem extrapola as possibilidades dadas pela natureza e faz suas escolhas de acordo com as possibilidades criadas pelo próprio homem. A produção de novas necessidades se caracteriza como o primeiro ato histórico (MARX; ENGELS, 2009).

Quando o homem realiza o intercâmbio com a natureza há uma modificação, alteração e elevação substancial das bases naturais do ser social, potencializando-as para a vida em sociabilidade. A partir do trabalho “[...] são tecidas as possibilidades de o homem se comportar como um ser ético: enquanto o animal se relaciona com a natureza a partir do instinto, o ser social passa a construir mediações – cada vez mais articuladas –, ampliando seu domínio sobre a natureza e sobre si mesmo.” (BARROCO, 2010, p. 19).

O trabalho é a unidade entre teleologia (categoria posta) e causalidade (princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo), sendo aquela exclusiva do ser social, isto é, a teleologia só existe no mundo dos homens (LUKÁCS, 2013). Ao contrário dos animais, o homem projeta, idealmente, o resultado antes de iniciar a sua atividade, desse modo, “no final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.” (MARX, 2013, p. 256).

Por isso, Barroco (2007, p. 27-28) afirma que:

por ser consciente, o homem age teleologicamente; transforma suas necessidades e formas de satisfação em novas perguntas; autoconstrói-se como um ser de projetos; torna-se autoconsciente, como sujeito construtor de si mesmo e da história. [...] Por isso, o trabalho é uma atividade teleológica, donde o papel ativo da consciência no processo de autoconstrução humana; o produto objetivo da práxis personifica suas intenções e seus projetos. Esse é o núcleo gerador da liberdade e da ética.

A síntese dessa relação entre teleologia e causalidade é a objetivação, pois ela modifica a realidade (ou cria realidades que não existiam), articulando a idealidade da teleologia com a materialidade do real (LUKÁCS, 2013). No processo de objetivação, o homem pode agir a partir de

alternativas além daquelas dadas pela natureza, superando, assim, a dimensão imediata do mundo natural. Com isso, o trabalho possibilita o distanciamento do homem das possibilidades imediatas da natureza.

Ao materializar a teleologia na realidade, acontece, simultaneamente, a exteriorização do ser social, essa “[...] fundada pela distinção concreta, real, ontológica (isto é, no plano do ser) entre o sujeito e o objeto que vem a ser pela objetivação de uma prévia-ideação.” (LESSA, 2007, p. 39). Em outros termos: no processo objetivação/exteriorização, a consciência elabora a transformação da causalidade dada (natureza) em causalidade posta, originando, assim, a sociabilidade humana (LESSA, 2012).

No movimento objetivação/exteriorização, os indivíduos são confrontados a fazerem escolhas entre alternativas diferentes. Ao escolher entre alternativas concretas, o homem age a partir de valores. Com base na perspectiva da ontologia materialista histórica, os valores não são abstratos, são objetivos – constituídos de uma construção histórica feita pelos homens à medida que atendem as suas necessidades. Dito de outra forma, em todas as ações dos homens há a dimensão da valoração, e essa não deve ser entendida apenas como uma derivação da subjetividade humana, deve ser compreendida também a partir sua existência material (BARROCO, 2007).

Os valores estabelecem mediações entre o homem e o objeto, ou seja, os valores são transversais ao processo de interação homem/objeto, e esse objeto é valoroso tanto para o criador quanto para o homem, tomando em sentido genérico, pois, ele expressa as capacidades teóricas e práticas de todos os homens; constituindo-se, assim, como objetivações genéricas, uma vez que, o indivíduo é simultaneamente um ser singular e ser genérico (BARROCO, 2007).

Devido à vinculação ontológica entre valor e liberdade, essa “é – simultaneamente – *capacidade de escolha dirigida a uma finalidade e capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas e para que novas escolhas sejam criadas.*” (BARROCO, 2010, p. 28, grifos originais). No pensamento marxiano, as alternativas e as possibilidades devem ser concretas para serem escolhidas.

Essa concepção de liberdade supõe sua consideração como capacidade humana, resultado da atividade humana que responde e (re)produz necessidades, constituindo-se nessa dialética entre o que é necessário e possível historicamente. A liberdade é, ao mesmo tempo, capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade, e, capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas, para que novas escolhas sejam criadas. (BARROCO, 2007, p. 59-60).

A liberdade, além de ser uma manifestação objetiva, sendo um dado ontológico concreto, constitui-se enquanto a gênese da ética, por isso, é considerada uma práxis e não apenas uma dimensão do ideal, “[...] supondo, portanto, uma prática concreta e uma reflexão ética crítica.” (BARROCO, 2007, p. 64). Por isso, Barroco (2007, p. 19) compreende que a ética é “[...] uma capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre.”.

A moral se manifesta no desenvolvimento da sociabilidade, na socialização dos indivíduos, respondendo a necessidade prática de existir normas e deveres, garantindo, assim, a convivência social (BARROCO, 2007). A moral se constitui enquanto relação entre o indivíduo singular e as exigências genérico-sociais, estabelecendo a mediação valorativa entre o indivíduo e a sociedade, por isso, ela é parte fundamental da vida cotidiana (BARROCO, 2007).

Esse valor, constituído historicamente, pode ser negativo ou positivo, bom ou ruim etc. A coragem na sociedade antiga, por exemplo, era um valor positivo, pois ela expressa a habilidade de confrontar situações difíceis, com isso, passa a ser uma norma abstrata que se torna, em tempos difíceis, uma norma concreta (um dever), pois ser corajoso é o homem que enfrenta os desafios sem medo.

Portanto, é com o trabalho que o homem tem a constituição das escolhas e alternativas. As alternativas compõem o espaço para a escolha, constituindo, assim, a gênese da liberdade (BARROCO, 2007; 2010). Com a liberdade, tem-se, conseqüentemente, a gênese da ética, essa “[...] situada em suas várias formas e expressão: a moral, a moralidade, a reflexão ética e a ação ética como exercício de liberdade [...]” (BARROCO, 2007, p. 19).

A partir das escolhas entre alternativas concretas, orientadas a um *dever-ser*, que o homem adquire a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade, elementos essenciais do ser social. Esses elementos “[...] são mediações entre os indivíduos e o gênero humano, perpassando por todas as esferas, podendo se desenvolver mais em umas e menos em outras.” (BARROCO, 2007, p. 28). A consciência, enquanto capacidade específica do homem e uma das dimensões que supõe o trabalho, é a capacidade racional e valorativa que possibilita o conhecimento da realidade (BARROCO, 2007). Desse modo, com base nesses breves pressupostos substanciais, pode-se afirmar que a ética é a sistematização das objetivações morais, versando sobre a consciência com o humano-genérico.

Considerações finais

Este artigo discutiu sobre as apropriações ideopolítica, epistemológica e ontológica da teoria social de Marx pelo Serviço Social brasileiro e os fundamentos ontológicos do complexo da ética. Essas formas de apropriação não foram “etapistas” ou sem mediações caucionadas na história, elas correspondem aos seus respectivos momentos conjunturais e correspondem aos avanços teóricos e políticos realizados pela profissão. Inclusive, mesmo com os avanços do processo de Intenção de Ruptura, as três formas continuam coexistindo dentro da categoria profissional.

A apropriação ontológica do pensamento de Marx possibilitou um salto qualitativo do Serviço Social para compreender os complexos da vida social, especialmente a ética. A ética somente pode ser entendida a partir da primazia do trabalho, compreendendo-a como uma práxis, enquanto capacidade humana, que perpassa todas as esferas da totalidade social, intermediando o singular e o genérico. Essa compreensão possibilitou a formulação do *corpus teórico* do Código de Ética dos assistentes sociais de 1993.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, M. L. **Ontologia Social e Reflexão Ética**. 1996. 304f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- _____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e Serviço Social. In: BONETTI, D. A. et al (Org.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 71-86.
- _____. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- CORTELLA, M. S. O espaço da ética na relação indivíduo e sociedade. In: BONETTI, D. A. et al (Org.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 49-59.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 17-40
- LESSA, S. **O mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- _____. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. ENGELS, F. **A ideológica alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, J. P. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, ano XXVI, p. 05-20, nov. 2005.

_____. Prefácio. In: **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Ética e crise dos projetos de transformação social. In: BONETTI, D. A. et al (Org.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAIVA, B. A. Algumas considerações sobre a ética e valor. In: BONETTI, D. A. et al (Org.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 105-110.

QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, D. R. **Os fundamentos ontológicos da ética e as suas configurações no debate teórico do Serviço Social: um estudo introdutório a partir de György Lukács**. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Alagoas, Pós-graduação em Serviço Social, Alagoas: UFAL, 2014.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMÕES, C. A ética das profissões. In: BONETTI, D. A. et al (Org.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 60-70.

TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

Notas

ⁱ O Movimento de Reconceituação do Serviço Social se particulariza de forma diferente em cada país da América Latina, conforme a formação sócio-histórica e das lutas travadas no interior dos países.

ⁱⁱ Ontologia é “[...] o estudo do ser, isto é, a apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe.” (TONET, 2013, p. 12). A ontologia do ser social não é uma invenção de Marx, “[...] é uma tradução ideativa, demandada pela classe trabalhadora, de uma realidade efetivamente existente.” (TONET, 2013, p. 68). As obras marxianas que contêm, especificamente, essa discussão da ontologia do ser social, principalmente nas obras da juventude são os “Manuscritos econômico-filosóficos”, “Para a questão judaica”, “A sagrada família”, “A ideologia alemã”, além das obras da sua maturidade, como *O Capital: crítica da economia política*.

ⁱⁱⁱ É necessário lembrar que a obra “Relações sociais e Serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” foi escrita por Yamamoto e Raul de Carvalho, sendo a primeira parte, “Proposta de interpretação histórico-metodológica”, de responsabilidade exclusiva de Yamamoto, que consta a análise da sociedade capitalista e do Serviço Social a partir da teoria marxiana. Essa obra inicia a polêmica que culminou nos anos 2000 sobre o “Serviço social como trabalho”, tese defendida por Yamamoto, em diversas obras, e contestada, inicialmente, por Gilmaísa Macedo da Costa, em sua dissertação: “Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de Serviço Social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács”, defendida em 1999, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

^{iv} Devido aos limites desse estudo, não temos o objetivo de apresentar as consonâncias e dissonâncias do debate da ética no Serviço Social, mas temos condições de sumariar algumas concepções de autores que estudam essa temática: Netto (2008, p. 23) apresenta a distinção entre moral e ética. “A primeira é um sistema mutável, historicamente determinado, de costumes e imperativos que propiciam a vinculação de cada indivíduo, tomado na sua singularidade, com a essência humana historicamente construída, com o ser social tomado na sua universalidade. A ética, por seu turno, é a análise dos fundamentos da moral, remetendo compulsoriamente à reflexão filosófica ou metafilosófica.”. Cortella (2008, p. 49-51) toma a ética inerente “[...] às relações sociais humanas. [Para ele,] a ética não é só relativa à história, à sociedade

e à cultura, mas também às camadas sociais e às diferentes profissões.” Simões (2008) polemiza sobre o movimento entre moral e ética, anunciando que uma é expressão da outra, apesar de serem distintas. Paiva (2008, p. 108) considera que a ética: “[...] se preocupa com as formas de resolver as contradições entre necessidade e possibilidade, tempo e eternidade, individual e coletivo, interesses econômicos e valores morais, corporal e psíquico, natural e cultural, razão e desejo.”

^v Marx e Engels (2009) afirmam que o homem é um ser em si e para si histórico, isso porque, por meio do trabalho ele faz a história, vive a história e é a própria história, não existindo história sem os homens.